

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA PLENA

Fernanda Caroline Trindade da Silva

**AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DE DIAGNÓSTICOS PARA
O PERCURSO ESCOLAR DO ESTUDANTE**

Santa Maria, RS
2022

Fernanda Caroline Trindade da Silva

**AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DE DIAGNÓSTICOS PARA O
PERCURSO ESCOLAR DO ESTUDANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial**.

Orientadora: Dra. Andréa Tonini

Santa Maria, RS
2022

Fernanda Caroline Trindade da Silva

**AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DE DIAGNÓSTICOS PARA O
PERCURSO ESCOLAR DO ESTUDANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial**.

Aprovado em 19 de agosto de 2022.

**Andréa Tonini, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Eliana Pereira de Menezes, Dra. (UFSM)

Katiusce Giacomelli Tambara, Ma. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

RESUMO

AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DE DIAGNÓSTICOS PARA O PERCURSO ESCOLAR DO ESTUDANTE

AUTORA: Fernanda Caroline Trindade da Silva
ORIENTADORA: Andréa Tonini

O presente artigo refere-se a um trabalho de conclusão para o Curso de Educação Especial, licenciatura, da UFSM. O estudo realizado teve o objetivo de investigar as consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar do estudante no que se refere às barreiras e aos benefícios para a sua aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar. Os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa tiveram como base o método proposto em artigos de revisões sistemáticas, sendo definida a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) para a coleta de dados, em que foram selecionados dez artigos. Os resultados apontam que a busca por um diagnóstico, na maioria das vezes, se limita a classificações e rotulações, dado que essa prática sustenta os processos de medicalização e patologização. Alguns resultados apontam que existem benefícios com o estabelecimento do diagnóstico, pois os professores e pais dizem se sentir mais seguros nas intervenções e ações cotidianas, reduzindo incertezas, e assim conduzindo melhor as mediações pedagógicas havendo, desta forma, benefícios para o estudante em termos de aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar.

Palavras-chave: Diagnóstico. Educação. Estudante. Práticas Pedagógicas. Medicalização.

ABSTRACT

THE CONSEQUENCES OF DIAGNOSTIC PRODUCTIONS FOR THE STUDENT'S SCHOOL COURSE

AUTHOR: Fernanda Caroline Trindade da Silva
ADVISOR: Andréa Tonini

This article refers to a work of completion for the Special Education Course, licentiate, UFSM. The study aimed to investigate the consequences of diagnostic productions for the student's school course with regard to barriers and benefits for their learning, social and emotional development and school inclusion. The methodological procedures that guided the research were based on the method proposed in articles of systematic reviews, being defined the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database for data collection, in which ten articles were selected. The results indicate that the search for a diagnosis, in most cases, is limited to classifications and labels, since this practice supports the processes of medicalization and pathologization. Some results indicate that there are benefits with the establishment of the diagnosis, because the teachers and parents say they feel safer in the interventions and benefits for the student in terms of learning, socio-emotional development and school inclusion.

Keywords: Diagnostic. Education. Student. Pedagogical practices. Medicalization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Resultados da busca	16
--------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Identificação dos artigos selecionados na base de dados SciELO.....17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bireme	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Específicas
N.T.	Nota Técnica
ONU	Organização das Nações Unidas
Plano de AEE	Plano de Atendimento Educacional Especializado
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
TDAH	Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
3.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
3.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Como estudante do Curso de Educação Especial, alguns entendimentos referentes às práticas escolares voltadas à educação inclusiva são motivos de preocupação. Os entendimentos a que me refiro versam sobre os encaminhamentos pelas escolas de estudantes para avaliações clínicas a fim de obterem diagnósticos que justifiquem as suas dificuldades de aprendizagem e/ou que validem que são estudantes com direitos de serem apoiados pela Educação Especial e, inclusivamente, pelo Atendimento Educacional Especializado ofertado nas escolas regulares.

Muitas inquietações durante o meu percurso formativo foram se estabelecendo, visto que, no decorrer do curso, os assuntos da patologização¹ e dos processos de escolarização seguidamente eram discutidos durante as aulas em algumas disciplinas com o intuito de problematizar os possíveis impactos que a produção de diagnósticos poderia provocar na vida dos estudantes. Assim sendo, emergiu a necessidade de problematizar as exigências no contexto da educação inclusiva de diagnósticos aos estudantes com possíveis necessidades educacionais específicas, uma vez que, por meio deste procedimento, o sistema educacional busca encontrar as respostas no próprio sujeito sem atentar para as inúmeras barreiras que comprometem as aprendizagens.

Conforme a Nota Técnica (N.T.) nº 4, publicada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, é retirada a exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento² e altas habilidades/superdotação para garantir o atendimento das suas especificidades educacionais no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O documento referido ressalta que esse ato de exigência representa a imposição de barreiras dos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito desses estudantes a uma educação inclusiva; destacando também que o AEE deve ter cunho exclusivamente pedagógico e não clínico.

¹ Ato ou efeito de patologizar, de transformar em doença mesmo que não seja. Será mais bem debatido na discussão dos resultados.

² O público alvo foi atualizado, sendo agora composto não mais pelos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), mas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Com a N.T. nº 04/2014, essa interlocução clínico-escolar pode acontecer sem ter de partir de uma classificação da deficiência. Dessa forma, de acordo com essa normativa, cabe ao professor que atua na área da Educação Especial elaborar um Plano de Atendimento Educacional Especializado (Plano de AEE) para o estudante ser apoiado por este profissional, sendo o Plano um documento comprobatório de que a escola reconhece sua matrícula como estudante público-alvo da educação especial para assegurar o atendimento na sala de recursos. Com isso, o laudo médico se torna um documento complementar que pode ser anexado ao Plano de AEE.

Ainda, conforme consta na N.T. nº 04/2014, exigir diagnóstico do estudante para declará-lo público-alvo da Educação Especial, para assim ter acesso ao AEE, seria impor barreiras, pois o diagnóstico poderá servir como um apoio, mas não como parte essencial para que os atendimentos sejam disponibilizados aos estudantes. Entretanto, mesmo sabendo da existência dessa normativa, muitas escolas ainda impõem essa classificação dos estudantes por meio de diagnósticos, quando a aprendizagem não ocorre conforme o planejado pelo professor e o esperado para determinado ano de escolaridade. Como aponta Bridi (2021, p.11):

A escola aceita de forma pacífica a redução da complexidade do viver em objeto passível de análise e controle. Uma redução expressa em listas de sintomas e em checklists comportamentais que objetivam nomear e enquadrar sujeitos circunscritos em um diagnóstico.

Diante o exposto, se faz necessário um olhar mais atento para o processo de inclusão, em que a escola precisa ser acessível para incluir a todos os alunos indiscriminadamente, sem pensamentos e práticas engessadas em diagnósticos, buscando possibilidades de acessibilidades e não de barreiras às aprendizagens. A Declaração de Salamanca legitima o conceito de escola inclusiva, estando a ela atrelada a concepção de uma escola que atenda a todos os alunos, “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1997, p. 18).

Sobre a questão referida da necessidade do diagnóstico, relato uma experiência pessoal e acadêmica ocorrida no Estágio Supervisionado em Dificuldades de Aprendizagem no ano de 2021. A prática foi desenvolvida de forma remota pela plataforma Google Meet, com um estudante de 9 anos de idade que

frequentava o 3º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Santa Maria/RS e era atendido por um programa de atendimento especializado no apoio pedagógico. Ao analisar o encaminhamento da escola para esse atendimento, percebi uma atitude favorável por parte dos professores ao estudante referente ao processo educacional diante dos problemas de aprendizagem identificados no contexto da classe comum. Isso por que, antes de encaminhá-lo diretamente para uma avaliação clínica, a escola analisou o seu contexto e o momento pandêmico que estavam passando desde o início do ano de 2020, como possíveis barreiras às aprendizagens dessa criança.

Sobre o estudante, logo após o início da pandemia da COVID-19, em 2020, os professores da escola perceberam que as suas aprendizagens estavam aquém em relação aos seus colegas, conforme o esperado para a sua idade e o ano de escolaridade. Assim sendo, observações acerca do contexto familiar do aluno, fator este que pode ter interferido no percurso da sua aprendizagem, e também a situação pandêmica vivenciada por dois anos consecutivos foram analisadas. Uma vez que o ensino remoto pode ter prejudicado de certa forma a sua capacidade de concentração e a sua saúde mental, seja pela falta de mediação com os colegas, seja pela falta de apoio em casa nas atividades escolares, como também no que se refere à falta de recursos pedagógicos e dificuldades dos professores em se adaptarem ao ensino remoto. Esses aspectos foram vistos como possíveis barreiras às aprendizagens do estudante e, por isso, a escola teve como primeira atitude olhar para o contexto mundial, social, familiar, pedagógico e, assim, encaminhá-lo ao apoio pedagógico disponibilizado pelo programa já referido.

Atentos a esses fatos, a professora da escola disponibilizou atividades específicas para auxiliar o estudante na superação dos problemas de aprendizagem e também solicitou apoio ao programa com esta mesma finalidade, considerando ser mais um suporte para a superação das barreiras à aprendizagem. Nesse caso, infere-se que é mais eficiente investir tempo e esforços atempados em estratégias educacionais do que primeiramente encaminhar a criança para uma avaliação clínica e ficar à espera de um diagnóstico para, assim, prover os recursos e apoios necessários para a sua aprendizagem. Diante desse contexto da exigência de um diagnóstico, muitos estudantes podem ser prejudicados e até retrocederem em suas aprendizagens por não possuírem um laudo que nomeie o que clinicamente eles possuem.

Conforme consta no Decreto nº 6.425/2008, que dispõe sobre a realização dos censos anuais da educação, especificamente no art. 4º, o fornecimento das informações solicitadas no Censo Escolar da Educação Básica é obrigatório para todas as escolas públicas e privadas. Dessa maneira, para que os estudantes sejam inseridos nas turmas de AEE, no formulário do censo escolar, é preciso que eles sejam inseridos em alguma condição diagnóstica, a fim de comprovação do público-alvo da Educação Especial. Ademais, para efetivar o direito dos estudantes apoiados pela Educação Especial, se faz necessária a definição de práticas educacionais voltadas às especificidades desses sujeitos, que, com base nas informações, são disponibilizados materiais didáticos e recursos de acessibilidade (BRASIL, 2014).

Entretanto, apesar desse processo beneficiar muitas vezes alguns estudantes e professores, existe a possibilidade de que o uso do diagnóstico possa produzir o efeito da delimitação do potencial de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito. Conforme Ceccim (2021, p. 15), “comportamentos e desempenhos se tornam rótulos, classificações e determinações, endossados pelo discurso biomédico”. A partir disso, percebe-se o potencial determinista do diagnóstico na vida dos estudantes, visto que, em vez de repensar a escola e as formas de como estão se organizando, as questões apresentadas passam a ser um problema do estudante, sendo focado o diagnóstico sem perceber o que é de ordem do social. Ao considerar os princípios da educação inclusiva, a concepção biomédica dos problemas de aprendizagens deve ser analisada pelo viés da concepção social e da avaliação biopsicossocial.

A avaliação biopsicossocial foi reiterada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015, a qual passou a considerar a pessoa com deficiência como um ser integral, não centrada unicamente nos impedimentos de ordem física, sensorial, intelectual ou mental, mas nas barreiras do meio e nas restrições impostas à participação social de cada pessoa. Com essa concepção, a deficiência deixou de ser um atributo inerente à pessoa e passou a ser compreendida como o resultado das barreiras biopsicossociais. Ademais, cabe ressaltar a Lei nº 14.254/21, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Essa Lei assegura direitos de inclusão específicos aos estudantes que enfrentam questões relacionadas ao transtorno de aprendizagem. Nesse viés,

assegura acompanhamento específico, relacionado à dificuldade do estudante, pelos educadores e na escola onde está matriculado, em parceria com o sistema de saúde.

De acordo com Moysés (2001), o número de diagnósticos entre crianças em idade escolar vem aumentando significativamente desde os anos 90. Segundo a autora, esse aumento está ocorrendo devido ao processo de medicalização, o qual significa transformar questões coletivas, de ordem social e política, em problemas individuais e até mesmo biológicos (MOYSÉS, 2001). Isso acontece quando se descola o eixo de uma discussão político-pedagógica para causas e soluções pretensamente médicas, sendo, assim, inacessíveis à educação. Conforme a autora, existe uma dificuldade da escola em lidar com as diferenças e, portanto, uma tendência em justificar as dificuldades de aprendizagem por meio de uma patologização dos sintomas manifestados pelos estudantes, em que muitas vezes podem ser compreendidos pelos contextos sociais e histórias de vida de cada indivíduo (MOYSÉS, 2001).

No que se refere à avaliação dos alunos com possíveis necessidades educacionais específicas (NEE), Kauffman (2010, p. 173) considera que “se identificarmos um aluno que o não deveria ser, então o nosso erro consiste num falso positivo.” Ainda conforme Kauffman (2010, p. 189):

A maior parte dos miúdos que recebem serviços de educação especial, dizem ou parecem assumir os detractores desses serviços, são incorrectamente identificados – não têm NEE reais, mas os seus professores ou pais, por razões nefandas, querem que eles sejam identificados e são-lhes oferecidos incentivos perversos para que tal aconteça.

Dessa forma, a tendência da patologização se evidencia a partir do aumento significativo de diagnósticos identificados nas escolas, uma vez que o número de matrículas da Educação Especial chegou a 1,3 milhões em 2021, sendo um aumento de 26,7% em relação à 2017, que era de 953 mil, aproximadamente (BRASIL, 2021b). Esse aumento justifica-se na medida em que os infinitos modos de ser e de aprender sofrem a imposição de padrões categorizados com referência a uma norma que define padrões de comportamento e de aprendizagem para determinar a faixa etária e ano de escolaridade (MOYSÉS, 2001).

Considerando o procedimento de muitas escolas em relação à obrigatoriedade do estudante apresentar um laudo médico para a garantia do Atendimento Especializado de Educação Especial, bem como a partir desse procedimento ter a possibilidade de um currículo acessível as suas necessidades educacionais específicas, questiona-se sobre quais são as consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar do estudante no que se refere às barreiras e aos benefícios para a sua aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar.

Para a realização do estudo proposto foram definidos os procedimentos metodológicos, conforme consta no próximo tópico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que guiaram esse estudo tiveram como base o método proposto em artigos de revisões sistemáticas. Assim sendo, seguiu-se a delimitação das etapas sugeridas por Costa e Zoltowski (2014), a saber: identificação do problema de pesquisa; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave (descritores); busca e armazenamento dos resultados; seleção dos artigos selecionados; avaliação dos dados encontrados; e análise e interpretação dos dados.

No que se refere à escolha das fontes de dados, foi definida a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em Português: Biblioteca Eletrônica Científica Online. Conforme consta no site da Wikipédia³, SciELO é uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em parceria com a Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Desde 2002, conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), justificando-se, assim, a escolha por essa base de dados, bem como por abranger artigos acadêmicos de relevância. Para o levantamento de publicações na base de dados, foram utilizados os seguintes descritores: “Diagnóstico e práticas pedagógicas” e “Medicalização e Educação”.

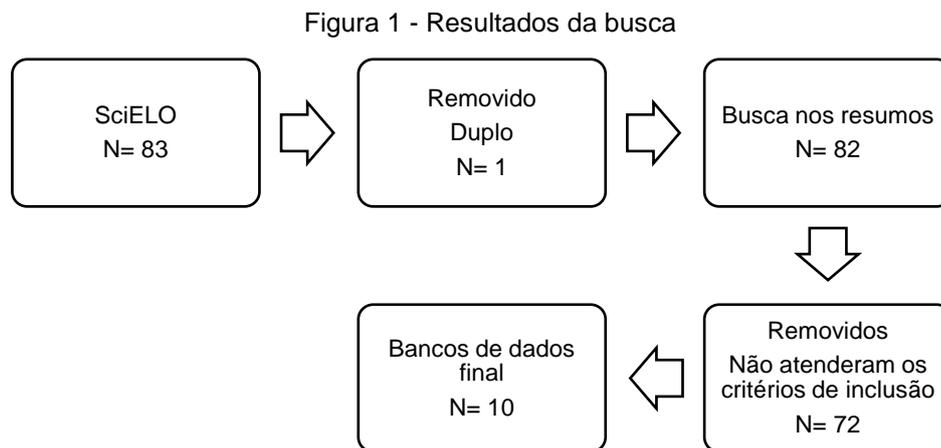
Para a busca e armazenamento dos resultados, foram definidos critérios de inclusão, sendo: artigos publicados em um período de dez anos, de 2011 a 2021, e escritos no idioma português; estudos da área da Psicologia e/ou Educação; pesquisas empíricas e/ou bibliográficas que atendessem à temática do estudo proposto. Os critérios de exclusão foram estudos que não atendessem o período estipulado e que não estivessem escritos na Língua Portuguesa; estudos que não fossem da área da Psicologia e/ou Educação; pesquisas que não atendessem à temática do estudo proposto.

Na base de dados SciELO, foram encontrados nove resultados através do descritor “Diagnóstico e práticas pedagógicas” e 74 resultados através do descritor “Medicalização e Educação”. Para a seleção dos artigos, primeiramente foi feita uma

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Scientific_Electronic_Library_Online

leitura dos títulos e palavras-chave; em seguida foi realizada a leitura dos resumos e os artigos que não atenderam aos critérios de inclusão foram descartados.

Para o descritor “Diagnóstico e práticas pedagógicas”, dos nove artigos, apenas dois foram selecionados após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. Os restantes, sete artigos, foram descartados por não contemplarem os critérios de inclusão. Para o descritor “Medicalização e Educação”, dos 74 artigos, um artigo foi descartado por ser duplicado, 65 artigos por não contemplarem os critérios de inclusão, e 29 foram selecionados após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. Posteriormente à essa busca inicial, foi realizada a leitura dos artigos, e, dos 29 selecionados previamente, apenas oito atenderam plenamente aos critérios de inclusão, conforme pode ser observado na Figura 1.



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, após a avaliação dos dados encontrados, a amostra final foi de dez artigos relacionados sobre as consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar do estudante. De acordo com Fernández-Ríos e Buena-Casal (2009) citado por Costa e Zoltowski (2014, p. 56), “a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado”. Assim, na sequência, apresenta-se a análise e discussão dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico está organizado em duas partes, sendo a primeira referente à apresentação dos resultados e a segunda referente à discussão dos resultados.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, consta a síntese dos dez artigos selecionados. No Quadro 1, apresenta-se uma identificação dos artigos referentes ao ano e periódico de publicação, ao título e autores dos artigos.

Quadro 1 - Identificação dos artigos selecionados na base de dados SciELO

Ano	Periódico	Título	Autores
2012	Revista Psicologia Escolar e Educacional	Para uma crítica da medicalização na educação	Meira, M. E. M.
2015	Revista Psicologia: Ciência e Profissão	As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar	Cord, D.; Gesser, M.; Nunes, A. S. B.; Storti, M. M. T.
2015	Revista Educação e Realidade	Medicalização dos modos de ser e de aprender	Christofari, A. C.; Freitas, C. R.; Baptista, C. R.
2016	Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação	O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores	Cruz, M. G. A.; Okamoto, M. Y.; Ferrazza, D. A.
2016	Revista Cadernos de Saúde Pública	Saúde e escola: reflexões em torno da medicalização da educação	Pais, S. C.; Menezes, I.; Nunes, J. A.
2017	Revista Educação e Pesquisa	A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz	Signor, R. C. F.; Berberian, A. P.; Santana, A. P.
2020	Revista Psicologia Escolar e Educacional	Educação Especial, Psicologia e Políticas Públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas	Kranz, C. R.; Campos, H. R.
2020	Revista Psicologia Escolar e Educacional	Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional	Scarin, A. C. C. F.; Souza, M. P. R.
2020	Revista Educação e Pesquisa	Crianças e seus diagnósticos no cenário da educação inclusiva: a perspectiva de mães e professoras	Silva, L. S.; Szymanski, L.
2021	Revista Psicologia Escolar e Educacional	Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas	Lima, M. L. C.; Cruz, B. A.; Lima, L. N.; Brandão, D. A.S.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência da apresentação dos resultados, descrevem-se as informações dos dez artigos, as quais seguirão uma ordem de apresentação, a saber: título; autores e formação acadêmica; objetivo(s); metodologia; e, resultados.

O primeiro artigo, intitulado “Para uma crítica da medicalização na educação” tem como autora Marisa Eugênia Melillo Meira. A autora possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Este artigo possui como objetivo desvelar o processo de produção dos fenômenos do não aprender e não se comportar na escola, bem como os fatores que determinam sua identificação por profissionais da saúde e da educação como sintomas de doenças e transtornos. A pesquisa é uma revisão de literatura, tomando como fundamento os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Como conclusão das análises desenvolvidas ao longo do texto, indicam que a compreensão da medicalização como um desdobramento inevitável do processo de patologização dos problemas educacionais exige um trabalho intelectual crítico e o desenvolvimento de novos posicionamentos de psicólogos, educadores e profissionais da saúde em relação à sociedade, à educação e ao desenvolvimento humano.

O segundo artigo, intitulado “As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar” tem como autoria Denise Cord, Doutora em Engenharia de Produção, Marivete Gesser, Doutora em Psicologia, Alana de Siqueira Branis Nunes, Graduada em Psicologia, e Moysés Martins Tosta Storti, Especialista em Saúde da Família. Os autores realizaram as suas formações na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O artigo possui como objetivo identificar as significações que os profissionais que atuam como articuladores no PSE têm acerca das dificuldades de aprendizagem geradoras do fracasso escolar. É uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, tendo como participantes dez profissionais que atuam como articuladores do PSE, sendo cinco vinculados à Educação e os demais à Saúde. A conclusão das análises desenvolvidas ao longo do texto indica que os entrevistados compreendem as dificuldades de aprendizagem como decorrentes principalmente da família pobre e/ou desestruturada e de problemas do aluno. As práticas pedagógicas e políticas educacionais também apareceram, com menor destaque, como corroboradoras desse fenômeno.

O terceiro artigo, intitulado “Medicalização dos modos de ser e de aprender”, tem como autoria Ana Carolina Christofari, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Claudia Rodrigues de Freitas, Doutora em Educação também pela UFRGS, e Claudio Roberto Baptista, Doutor em Educação pela Universidade de Bologna. Este artigo analisa os modos de ser e aprender na escola, considerando a medicalização como dispositivo que transforma comportamentos da vida humana em patologias. Os autores fazem uso de uma revisão de literatura na dimensão histórico-conceitual, problematizando esse processo. Como conclusão, foi analisado o conceito de medicalização como dispositivo e como ele se faz visível nas práticas escolares através dos discursos sobre os alunos, que têm evidenciado uma tendência em transformar questões culturais, político-sociais e pedagógicas em patologias, sendo possível perceber o modo como a medicalização afeta a todos, mas de diferentes maneiras.

O quarto artigo, intitulado “O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores”, tem como autoria Murilo Galvão Amancio Cruz, Graduado em Psicologia, Mary Yoko Okamoto, Graduada em Psicologia, e Daniele de Andrade Ferrazza, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Os autores realizaram as suas formações na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Este artigo possui como objetivo problematizar o fenômeno da psicopatologização da vida que perpassa a infância na atualidade e pretende relacionar o relato de pais e professores sobre crianças diagnosticadas com TDAH à discussão em torno do processo de medicalização da educação.

Os autores fazem uso de uma pesquisa qualitativa, por meio de análise de relatórios e de entrevistas, trazendo o relato de pais e professores sobre alunos, com idade entre sete e 11 anos, diagnosticados com TDAH e relacioná-lo com as discussões acerca do processo de medicalização na atualidade. Foram entrevistados quatro professores, três mães e uma avó que tinham vinculação com as crianças diagnosticadas. Como conclusão, percebe-se que as dificuldades apresentadas são compreendidas e localizadas unicamente no indivíduo, ou seja, na criança. Com efeito, considera-se que a forma de se compreenderem as pretensas dificuldades dos alunos está imersa na lógica medicalizante que tem como ferramenta a utilização de tecnologias e saberes para o controle do comportamento das crianças, o que reduz toda a constituição subjetiva, composta pelas relações

familiares, escolares e sociais a apenas um diagnóstico e, portanto, a uma doença que justificaria falhas, dificuldades e sofrimentos.

O quinto artigo, intitulado “Saúde e escola: reflexões em torno da medicalização da educação”, tem como autora Sofia Castanheira Pais, Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Portugal), Isabel Menezes, Doutora em Psicologia também pela Universidade do Porto, e João Arriscado Nunes, Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Este artigo possui como objetivo investigar acerca do papel da escola no sucesso educativo e no desenvolvimento integral dos alunos sinalizados ou com indicação médica para ingestão de medicação a partir de diagnósticos “nebulosos”. Os autores fazem uso de uma pesquisa qualitativa, privilegiando o registro de proximidade construído com as seis participantes, sendo elas três profissionais da educação e três mães de alunos em idade escolar.

Como conclusão das análises desenvolvidas ao longo do texto, podem-se elencar três dimensões essenciais para problematizar as implicações de processos de medicalização da educação. A primeira recai sobre os resultados, isto é, reforça-se o peso atribuído às notas e, portanto, ao fato de as crianças e os jovens darem ou não prova de sucesso acadêmico. A segunda dimensão recai na articulação entre a performance acadêmica e o profissional de educação. Já a terceira dimensão remete para a motivação das crianças e dos jovens para o espaço e as atividades de sala de aula.

O sexto artigo, intitulado “A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz”, tem como autoria Rita de Cassia Fernandes Signor, Fonoaudióloga pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Ana Paula Berberian, Fonoaudióloga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Ana Paula Santana, Fonoaudióloga, Mestre e Doutora em Linguística pela Unicamp. Este artigo possui como objetivo analisar as bases socioeducacionais que constituem o chamado TDAH e suas implicações para a subjetividade, socialização e apropriação da linguagem escrita por parte do aluno considerado hiperativo/desatento (“resistente” ao que é proposto pela escola). A pesquisa foi identificada como um estudo de caso, pesquisa de campo, qualitativa, do tipo transversal, inserida em um paradigma teórico-metodológico de cunho sócio-histórico. Foi analisada a história de uma criança de 10 anos de idade com o diagnóstico de TDAH. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com professores, com a mãe e com a criança,

observação em sala de aula, avaliação fonoaudiológica e pesquisa documental (material pedagógico, pareceres avaliativos das escolas frequentadas pela criança, pareceres de profissionais de saúde, etc.). Como conclusão os resultados apontam que, quando se investiga em profundidade a qualidade das interações sociais em que a criança esteve/está inserida, é possível que se compreendam as bases socioeducacionais que constituem o suposto transtorno.

O sétimo artigo, intitulado “Educação Especial, Psicologia e Políticas Públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas”, tem como autoria Cláudia Rosana Kranz, e Herculano Ricardo Campos, ambos Doutores em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este artigo possui como objetivo analisar políticas públicas, práticas diagnósticas e pedagógicas na educação especial, destacando concepções e articulações entre elas, principalmente afetas ao trabalho de psicólogos e professores. Com base na Psicologia Histórico-Cultural, os autores fazem uso de uma pesquisa a partir de um estudo de caso de um aluno do 4º ano, diagnosticado com deficiência intelectual em laudo psicológico. Como conclusão das análises desenvolvidas ao longo do texto, aponta-se a predominância da perspectiva clínica nas políticas e nas práticas, assente em concepção individual e biológica da deficiência, para a qual o insucesso é responsabilidade do indivíduo; e também que, a partir dessa perspectiva, as mediações pedagógicas são de baixa qualidade, infantilizadoras, de modo que mais resultam em exclusão e inferiorização do que na aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito.

O oitavo artigo, intitulado “Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional”, tem como autoria Ana Carla Cividanes Furlan Scarin, Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e Marilene Proença Rebello de Souza, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Este trabalho teve como objeto de estudo a constituição histórica, cultural e social que transforma dificuldades de aprendizagem e de comportamento vividas no processo de escolarização em problemas individuais, de cunho biológico e/ou orgânico, acerca de como os Manuais de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) vêm tratando as dificuldades de aprendizagem desde a sua primeira edição, a fim de acompanhar o desenrolar das características diagnósticas descritas nestes manuais. As autoras fazem uso de uma pesquisa bibliográfica em fontes de dados.

Como conclusão, apresenta-se a linha do tempo das edições do DSM, sendo facilmente constatável, a partir dos dados apresentados, o aumento palpável no número de diagnósticos, consideradas as questões referentes às dificuldades de aprendizagem. Tomando por base a primeira edição do DSM, publicada em 1952, e a última, publicada em 2013, muitas foram as patologias surgidas, cada qual buscando aprofundamentos em relação ao pautado nas apresentações das patologias em edições anteriores. A justificativa para as ênfases clínicas dadas na edição do DSM 5 (2013) surge no sentido de salientar o impacto social de cada doença, e dessa abordagem decorrem as descrições e as correlações com as comorbidades, tanto quanto os traços presentes, considerada a modalidade clínica de cada patologia. Apontam em números textos favoráveis aos DSMs: 128 publicações. As publicações favoráveis aos textos dos DSMs contemplam uma abordagem biologicista do comportamento e afeto humanos. Lançando o olhar para as publicações contrárias ao conteúdo abordado nos DSMs, essas vêm de encontro à biologização do comportamento e do afeto, e tecem críticas à patologização e medicalização da educação e da sociedade. Os textos não favoráveis aos DSMs foram no total de 122 publicações.

O nono artigo, intitulado “Crianças e seus diagnósticos no cenário da educação inclusiva: a perspectiva de mães e professoras”, tem como autoria Lia Spadini da Silva, Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Luciana Szymanski, Doutora pelo Programa de Estudos Pós Graduated em Educação e Psicologia da Educação também pela PUC-SP. Este artigo possui como objetivo compreender os sentidos do diagnóstico de estudantes para suas famílias e professoras, partindo da perspectiva fenomenológico existencial. As autoras fazem uso de uma pesquisa qualitativa, participativa com base no pensamento fenomenológico hermenêutico, tendo como participantes da pesquisa duas professoras e duas mães de alunos da escola.

Como conclusão, revelou-se que o diagnóstico tem um papel importante para dar segurança às professoras e mães nas intervenções e ações cotidianas com crianças com necessidades educacionais especiais; por outro lado, a pesquisa trouxe à tona que, diante do diagnóstico - entendido como a nomeação científica de uma existência -, a narrativa sobre essa criança passa inevitavelmente por seu quadro nosológico, ao passo que aquelas que não receberam diagnóstico são

apresentadas de modo complexo, a partir de muitas das suas características, inclusive dos seus potenciais.

O décimo e último artigo, intitulado “Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas”, tem como autoria Maria Lúcia Chaves Lima, Doutora em Psicologia Social (PUC-SP), Bruna de Almeida Cruz, Psicóloga, Laura Norat de Lima, Graduação em Pedagogia, e Dayane Alessandra da Silva Brandão, Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia, estas realizaram suas formações pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Este artigo possui como objetivo conhecer de que forma o tema da medicalização da educação tem sido abordado e debatido entre profissionais da educação, mais especificamente as/os docentes. Os autores fazem uso de uma pesquisa-intervenção acerca do debate sobre o processo de medicalização em dez instituições educacionais (cinco particulares e cinco públicas) na região metropolitana de Belém/PA. A intervenção foi oferecida para toda a comunidade escolar: docentes, gestores, funcionários, estudantes e familiares, porém optou-se por analisar apenas as falas de docentes (não havendo a especificação do número), uma vez que tiveram participações mais numerosas e se colocaram de forma mais engajada nos debates.

Como conclusão, os resultados apontam que não foram encontradas diferenças significativas entre os discursos de professores da rede particular e pública de ensino. Mesmo frente ao crescimento da medicalização da educação, a maioria dos profissionais que participaram das intervenções, desconhecia a temática. No entanto, percebeu a presença/exigência mais constante do laudo médico/psiquiátrico nas escolas privadas, como também professores de escolas públicas e privadas valorizavam esse recurso, mais como um instrumento que os exime de exigências pedagógicas ao/à estudante laudado/a do que como um incentivo a buscar novas práticas pedagógicas para tais estudantes.

Para finalizar, apresenta-se uma síntese das características gerais dos estudos.

A maioria dos estudos analisados envolveram métodos qualitativos e tiveram como finalidade investigar sobre as práticas diagnósticas, analisando os modos de ser e aprender de estudantes, com discussões em torno do processo de medicalização e patologização da educação, tendo como participantes os pais, professores e profissionais da saúde. As amostras incluíram estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental. As pesquisas deram maior enfoque aos relatos de

pais e familiares dos estudantes, professores ou outros profissionais da educação e profissionais da saúde. Além disso, as amostras também diferiam em termos de constituição, envolvendo estudantes com e sem diagnóstico formal. Relativamente aos 10 estudos analisados, constata-se o seguinte: (i) em quatro desses estudos foram utilizadas técnicas de entrevista semiestruturada com base em um roteiro que atendia aos objetivos da pesquisa; (ii) em um desses estudos foi utilizada entrevistas reflexivas; (iii) em um foi utilizado de aula-teatro seguida de uma roda de conversa com os/as participantes; (iv) em quatro estudos foram realizadas estudos de cunho sócio-históricos.

3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a discussão dos resultados, toma-se como referência o objetivo do estudo, sendo o de analisar as consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar do estudante no que se refere às barreiras e aos benefícios para a sua aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar.

Por meio da análise crítica dos artigos selecionados, foi possível encontrar semelhanças entre os autores. Para Christofari, Freitas e Baptista (2015), a produção de diagnóstico passa aos sujeitos uma corrente de rótulos e classificações, os colocando em uma rede de explicações patológicas. Isto, para os autores, gera a concepção de que os sujeitos são a soma de características biológicas e comportamentais, tomadas como ponto-chave na definição de possíveis condições médicas. Assim como, para Lima *et al.* (2021), a demanda por laudos corresponde à ação disciplinar que alcançou a eficácia de localizar os indivíduos em curvas que identificam a caracterização individual, classificação e variação entre normal e anormal.

Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) também ressaltam as classificações dos indivíduos em suas diferenças individuais, o que produz a diferenciação e a classificação binária em grupos de alunos que são considerados suficientes e bons, e de outro lado aqueles que são inadequados e ruins. Esse fato foi comprovado pela investigação dos autores por meio da forma de colocar alunos com dificuldades perto da mesa do professor ou separar alunos sem grandes dificuldades de aprendizagem daqueles com dificuldades de aprendizagem na sala de aula.

Na pesquisa realizada por Silva e Szymanski (2020), as autoras ressaltam que o nome da patologia parece já representar o sujeito, e que existe o risco de esquecimento do indivíduo além do diagnóstico. Christofari, Freitas e Baptista (2015) apontam que as intervenções da área da saúde, como os medicamentos e acompanhamento terapêutico, não ajudam a melhorar as habilidades dos alunos, mas transformam os alunos produzidos por discursos anômalos em sujeitos o mais próximo possível da norma. Nesse ínterim, a literatura aponta que as classificações por meio dos diagnósticos mudam completamente como as pessoas agem, como se expressam, como se relacionam com os outros e também no modo de se constituírem como sujeito (BRZOZOWSKI; BRZOZOWSKI; CAPONI, 2010).

Por conseguinte, as produções das classificações humanas têm visibilidade e enunciados para os pesquisadores, em que cria um lugar para cada um ocupar no espaço escolar (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015). Diante do processo de medicalização e patologização, as formas de ser e comportamentos são diagnosticados, classificados e inseridos no vasto universo nosográfico. Ao encontro dessa percepção, o estudo de Pais, Menezes e Nunes (2016) diz que a produção de diagnósticos muitas vezes seria como fabricar etiquetas. Como também, Lima *et al.* (2021) apontam que os estudantes são chamados de “estudantes laudados/as”.

Cord *et al.* (2015) ressaltam em seu estudo sobre o processo de homogeneização dos sujeitos e subjetividades, como também de exclusão por não se enquadrarem nas normas estabelecidas ao conhecimento científico, a partir da prática voltada ao diagnóstico e a medicalização. Essa consideração vem ao encontro da literatura especializada, conforme aponta Bassani (2017), ao dizer que uma Educação Especial pautada em laudos e diagnósticos demonstra, com base nos estudos de Adorno (1995), que não somos aptos à experiência e, por isso, buscamos algo que nos diga previamente sobre os outros, algo que nos revele o que o outro tem de limitação, de negativo e quais seriam as técnicas apropriadas para nos relacionarmos com esses outros.

Já o estudo realizado por Kranz e Campos (2020) considera que o laudo, muitas vezes, atua como mediador nas relações educacionais e nas relações sociais dentro das instituições escolares. Os autores ressaltam que o sujeito acaba sendo visto a partir da sua falta e da sua deficiência, fazendo com que a mediação educacional seja de baixa qualidade e infantilizadora, como também acaba reduzindo possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, declarando assim

a diferença inferiorizante, a incapacitação social e histórica do sujeito, e resultando em exclusão e inferiorização. Na percepção dos autores, segregar um aluno de uma atividade pedagógica relevante significa, diretamente, excluí-lo da aprendizagem; oferecer atividades mais simples significa não investir em suas potencialidades humanas para o desenvolvimento. Os resultados não podem ser outros se não a medicalização, a tutela do sujeito, o estigma e o preconceito que pesam sobre ele (KRANZ; CAMPOS, 2020). Da mesma forma, as pesquisas de Lima *et al.* (2021) e de Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) apontam para mesma análise, onde as atividades repassadas aos estudantes com algum tipo de patologia são mais leves, não apresentando o mesmo nível de dificuldade do repassado ao restante da turma, uma vez que, para os professores das pesquisas, o aluno não consegue realizar atividades mais difíceis devido ao transtorno que ele apresenta.

A pesquisa dos autores Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) ressalta que estabelecer um diagnóstico se limita a categorizar comportamentos e decidir tratamentos, sendo muitas vezes, medicamentosos. Essa prática sustenta um processo de patologização, onde os pesquisadores relatam que esse discurso produz crianças incapazes de aprender e, também, a necessidade de um tipo de intervenção que deixa o pedagógico de lado e dá lugar a uma intervenção relacionada aos saberes médicos. A pesquisa dos autores Pais, Menezes e Nunes (2016) afirma que o rótulo permite designar a pessoa, fortalecendo as fragilidades existentes de crianças, jovens e suas famílias, como também facilita a aceitação social do sujeito, dado que as expectativas sociais a seu respeito estabilizam. Assim sendo, um rótulo ou diagnóstico verificado por uma pessoa com conhecimento e poder médico provoca uma série de resultados e reações sociais no nível psicossocial, com relação à posição e papel social, autoimagem e autoestima do sujeito.

A literatura especializada corrobora com os estudos supramencionados, conforme aponta Angelucci (2017), que se refere ao rótulo como uma nomenclatura esvaziada, que acabam também por esvaziar processos educacionais. Ainda, conforme Moysés (2001, p. 249),

A partir da estigmatização, as pessoas assim marcadas passam a receber um tratamento diferente do que é dirigido aos normais, como se isto fosse absolutamente natural. Uma diferença em relação ao padrão, diferenças, já acordadas como negativas, transformam totalmente as relações, como se realmente permitissem prever/identificar pessoas ritualmente poluídas.

O estudo dos Cruz, Okamoto e Ferraza (2016) identificou essa relação de transformação das relações em razão do diagnóstico ao considerarem que os alunos poderão ser refém de uma incapacidade que não têm, mas introjetaram, acabando por incorporarem a incapacidade que insistem em lembrar que têm: “Não sabem ler!”, “Não param na carteira!”. Essa análise vai ao encontro da literatura especializada, como aponta Bassani (2017) ao referir que os alunos passam a acreditar que não adianta estudar, pois não aprendem. Ou seja, o neurologista disse que seu cérebro não aprende. Na mesma lógica, professores acreditam que não adianta ensinar: o problema está na biologia.

Na pesquisa de Christofari, Freitas e Baptista (2015) são apresentados fragmentos ilustrativos da relação de uma professora com um estudante. Os diálogos tomados como exemplos compõem cenas que tornam visível a presença dos discursos medicalizantes no contexto escolar. O estudante anunciava uma visão sobre si mesmo, o menino foi se vendo como alguém sem capacidade para escrever. Trata-se da produção de um sujeito que se insere em um lugar de falha, fracasso. Nessa mesma direção, os autores Signor, Berberian e Santana (2017) apontam o caso de outra criança envolvida pela medicalização. Ao analisar o seu caderno, encontra-se escrito: “Devo me comportar em sala de aula. Devo respeitar meus colegas”. Como a estudante não estava alfabetizada nesse período, hipotetiza-se que ela teve de copiar frases que veiculavam a noção já enraizada por ela de que “não respeitava”, “não se comportava”. A repetição dessas frases teve por objetivo favorecer a permanência da estudante em um lugar de desaprovação, sendo que é por meio do olhar do outro que a criança se torna “atenta” ou “desatenta”, “ativa” ou “hiperativa”, “boa” ou “má” aprendiz. Assim, o sintoma pode (ou não) ser produzido a depender do contexto interacional.

Christofari, Freitas e Baptista (2015) apresentam em sua pesquisa o caso de um aluno que parece ter assumido os valores, categorias e modelos médico-explicativos. Neste caso, o diagnóstico seria visto como uma punição, pois pelo fato de não ser igual aos demais, mostra-se aos colegas que esse modo de ser criança, aluno, não é adequado ou normal. Para os pesquisadores, os alunos, privados de sua normalidade, muitas vezes incorporam a ideia da doença, de que são fracas, têm falhas e são incapazes, incorporando assim o rótulo. No que se refere ao caso do aluno estudo, foi considerado que ao ser dito a ele que tem problemas, distúrbios,

que não irá conseguir avançar e que precisa de remédio ou de acompanhamento médico para aprender, tende a desapropriar suas potencialidades, como se, naquele corpo, nada tivesse para ser construído, modificado e compartilhado (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015).

A pesquisa de Scarin e Souza (2020) considerou que a repercussão do diagnóstico nas vidas dos diagnosticados vai além da questão social, pois, uma vez diagnosticado, o próximo passo é recorrer à medicação para dar conta da sintomatologia. Esta análise vai ao encontro da literatura especializada, como aponta Bassani (2017, p. 191) ao considerar que, “eis que surge a solução ideal: silenciar as crianças com psicofármacos e reenviá-las a elas mesmas”.

Outro ponto de semelhança foi identificado na pesquisa de Meira (2012), ao considerar que o aumento da produção de diagnóstico produz também um aumento de tratamentos, muitas vezes prejudiciais à saúde, principalmente nos casos em que de fato não seriam necessários. A pesquisadora aponta para a questão da identificação incorreta de um suposto diagnóstico, destacando o caso do TDAH e daqueles alunos considerados indisciplinados. O estudo de Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) aponta para o aumento dos diagnósticos para o TDAH como algo que vem sendo bastante discutido na área médica e educacional, e tendo como tratamento, muitas vezes, a prescrição de psicofármacos. Este aumento, segundo os autores, se dá pelas ampliações dos critérios do DSM. Para os autores, o uso generalizado do termo "criança hiperativa" preocupa muitos estudiosos que questionam sua base biológica e seu tratamento medicamentoso e condenam as trivialidades desse diagnóstico na infância moderna. Os pesquisadores Lima *et al.* (2021) também relatam sobre crianças diagnosticadas com TDAH que desde muito novas passam a tomar remédios psiquiátricos que podem afetar o sistema cognitivo futuramente.

Para os pesquisadores Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) existem várias opiniões sobre o tratamento medicamentoso. No que se refere às mudanças trazidas pelo uso de medicação, estas foram percebidas de formas distintas no estudo realizado por eles, pois uma das professoras afirmou desconhecer as diferenças de comportamento dos alunos, e duas acreditavam que os psicofármacos produziam efeitos inadequados e indesejados, e, portanto, o uso foi avaliado como negativo, conforme pode ser observado no excerto: “porque ter uma criança dopada também aos oito anos, nove anos de idade não resolve nenhum problema, né?”.

Vale ressaltar que a melhora da condição da criança, considerada problema em sala de aula, está relacionada principalmente à participação nas atividades (CRUZ; OKAMOTO; FERRAZZA, 2016). Nesta pesquisa, apenas uma mãe percebeu mudanças positivas em seu filho após uso de medicamentos. Ademais, os professores avaliaram positivamente o estabelecimento do diagnóstico de TDAH, entretanto, a solução considerada essencial pela medicina baseada nas prescrições de psicofármacos, não foi considerada relevante pelo corpo docente dado as mudanças comportamentais das crianças em sala de aula.

Trazendo a questão do uso de medicamentos, o estudo dos pesquisadores Signor, Berberian e Santana (2017) aponta que a partir da sustentação de diagnósticos, há determinação de tratamentos, e, frequentemente, medicamentos são prescritos para controlar os sinais que aparecem em sala de aula. Na percepção dos autores, isso é prejudicial aos alunos, dado que não afeta apenas o percurso escolar, mas acaba afetando outras áreas da vida dos sujeitos. Ainda, Signor, Berberian e Santana (2017) mencionam que se pode acompanhar crianças estigmatizadas como más leitoras, más escritoras, hiperativas, desatentas, entre outras classificações, que acabam por desanimá-las em relação à escola.

Também, para os autores, após a confirmação do pré-diagnóstico escolar, a criança torna-se prisioneira de uma condição que não é sua, onde seu comportamento passa a ser analisado nas siglas que lhe são conferidas, citando exemplos como: a criança esquece o casaco porque tem TDAH; tem dificuldades na escola porque tem déficit de atenção; não obedece porque é TOD; não consegue escrever porque é disléxica, entre outras expressões.

O estudo desenvolvido por Meira (2012) revelou que tanto a descrição do transtorno quanto a natureza dos sintomas que sustentam seu diagnóstico, revelam uma falta de análise crítica da relação entre os fenômenos que ocorrem na educação e os contextos históricos e sociais que os determinam. Para a autora, sem essa reflexão, os resultados são inevitáveis, tais como: muitas crianças podem começar uma “carreira” para pessoas com dificuldades de aprendizagem como sinônimo de transtorno de aprendizagem. Assim, segundo a autora, devido à clara e assumida complexidade do diagnóstico, às imprecisões na definição do transtorno, ao desconhecimento de todos os fatores envolvidos na ação do fármaco no sistema nervoso central, e o alerta do fabricante sobre o risco de efeitos colaterais e a

própria dependência, o consumo do medicamento acaba por aumentar cada vez mais.

Os pesquisadores Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) consideram que independentemente dos efeitos colaterais ou do risco de dependência química e psicológica, a psiquiatria moderna parece identificar o uso de psicofármacos para todas as crianças consideradas problema. Os pesquisadores Scarin e Souza (2020) relatam que o tratamento medicamentoso é considerado radical. Para os autores, crianças, adolescentes e adultos, recebem grandes doses de medicamentos para evitar muitos dos problemas que aparecem como diagnóstico na clínica, para o controle do comportamento das crianças, o que reduz toda a constituição subjetiva, composta pelas relações familiares, escolares e sociais a apenas um diagnóstico e, portanto, a uma doença que justificaria falhas, dificuldades e sofrimentos.

As consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar do estudante no que se refere aos benefícios para a sua aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar também foram percebidas por alguns pesquisadores. De acordo com Silva e Szymanski (2020), a pesquisa desenvolvida por eles demonstrou que o diagnóstico foi percebido pelas professoras participantes do estudo como algo que teria um papel de ajudá-las, a saber, como lidar com seus estudantes com necessidades educacionais específicas, dado que ao entender o diagnóstico do estudante, haverá um melhor entendimento de quais seriam as suas necessidades educacionais e socioemocionais e de que forma contribuir em sala de aula para que fossem supridas, colaborando para que o professor se sentisse mais preparado para lidar com os estudantes.

Igualmente, o conhecimento do diagnóstico auxilia na justificação de comportamentos, destacando que deste ponto de vista o diagnóstico pode ser visto como um descobrimento de algo que antes estava desconhecido, indeterminado. Nesse sentido, a determinação de um diagnóstico, vem acompanhada da segurança. Da mesma forma, existe uma relação entre professoras e mães participantes dessa pesquisa, pois algumas mães também pensam que o diagnóstico apresenta um papel muito importante, sendo que a partir dele conseguem entender o que de fato está acontecendo com os seus filhos. Do mesmo modo, a pesquisa de Lima *et al.* (2021) destaca que alguns docentes participantes do estudo, afirmaram que o trabalho se torna menos árduo a partir da definição do diagnóstico, pois, recebem suporte da Secretaria de Educação. Quando o aluno é

diagnosticado e apresenta um laudo torna-se mais fácil de trabalhar, tornando assim o trabalho mais leve. Neste caso, os professores avaliaram que o laudo médico seria de grande utilidade para conduzir o trabalho pedagógico.

A literatura especializada, como aponta Untoiglich (2014), retrata que muitas vezes as crianças não são ouvidas, não compreendendo assim os conflitos por elas expressos. Também aborda que não é que um diagnóstico em nenhum momento é relevante, mas, sim, que eles não podem sobrepor-se à criança. Os diagnósticos precisam viabilizar a elaboração de estratégias e não podem ser efetivados somente em comportamentos visíveis sem analisar os imensuráveis aspectos que podem gerar sinais desse comportamento.

Portanto, pode-se perceber a partir da análise crítica dos artigos que não houve nos estudos realizados uma participação efetiva dos estudantes que possuem diagnósticos clínicos, para que a partir de seus relatos também pudessem ser percebido as consequências das produções dos diagnósticos em suas vidas. Essa percepção está de acordo com o lema adotado pelo Movimento Político de Pessoas com Deficiência, chamado “Nada sobre nós sem nós”, o qual afirma que nenhuma decisão que as afete deve ser tomada sem sua plena participação. Este lema foi previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU), retratando sobre a necessidade de participação dos sujeitos políticos tanto nos processos investigativos como nos decisórios. Nesse sentido, o lema se impõe como uma necessidade tanto política como epistemológica (BARBOSA; BARROS, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta pesquisa foi saber quais as consequências das produções de diagnósticos para o percurso escolar dos estudantes, referente às barreiras e aos benefícios para a sua aprendizagem, como também desenvolvimento socioemocional e inclusão escolar. Os resultados indicam que a busca por um diagnóstico, na maioria das vezes, se limita a classificações e rotulações, uma vez que essa prática sustenta os processos de medicalização e patologização dando lugar apenas aos saberes clínicos.

Todavia, alguns resultados apontam que existem benefícios para a identificação das barreiras às aprendizagens dos estudantes, pois com o estabelecimento do diagnóstico os professores e pais se sentem mais seguros nas intervenções e ações cotidianas, reduzindo incertezas, e assim conduzindo melhor as mediações pedagógicas, o que acaba por beneficiar o estudante de forma que suas potencialidades serão aprimoradas a partir dessa prática.

De modo geral, são notórios os desafios que as escolas enfrentam para atender às necessidades específicas dos alunos sem medicalizá-los, mesmo que não pretendam rotular aqueles que não obtiveram sucesso acadêmico nas atividades propostas. Não obstante, não se trata de negar a importância do diagnóstico ou a relativização da existência de problemas reais, no que diz respeito a tratamentos e prevenção de devidos comprometimentos. O que se quer tensionar é uma busca excessiva por identificação relacionada ao rótulo e seus efeitos, e a construção de um transtorno que tem sido concebido à margem das práticas sociais, tendo como resultado, a exclusão dos estudantes do processo de ensino-aprendizagem em sala comum.

Nesse contexto, fica evidente que a produção diagnóstica significa dar nome a diferença, pois na maioria das vezes os colocam em um plano individual e orgânico, responsabilizando-os e isentando todos os fatores sociopolíticos envolvidos no processo educacional. Portanto, faz-se necessário criar espaços de reflexão sobre a medicalização e, desse modo, criar resistência a esse processo, a fim de insistir em práticas pedagógicas que busquem estimular as aprendizagens dos estudantes respeitando as suas singularidades. O fundamental é levar em conta o conhecimento do processo de escolarização, construído nas relações sociais, culturais e pedagógicas, superando o olhar individualizante em relação às

dificuldades apresentadas, para que sejam analisados com base nestas relações, tendo em consideração a qualidade das mediações estabelecidas em diferentes ambientes, tais como a escola e a família.

REFERÊNCIAS

- ANGELUCCI, Carla Biancha. Sobre indefinições e estigmas – o que nos revela a permanência de categorias da saúde definindo o campo da educação. *In*: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Orgs.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 168-177.
- BARBOSA, Livia; BARROS, Ana Paula do Nascimento. Os estudos sobre deficiência informando a política pública: a experiência da Universidade de Brasília na construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência. *In*: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba. CRV, 2020. p. 37-54.
- BASSANI, Elizabete. A colonização médica e a medicalização da educação especial: reflexões sobre laudos na escola. *In*: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Orgs.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 178-195.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília: Corde, 1997.
- BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 07 abr. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 225, p. 5, 01 dez. 2021. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo escolar da educação básica 2021**: resumo técnico. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 04, de 23 de janeiro de 2014.** Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília: MEC/SECADI/DPEE, 2014.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Medicalização, medicamentação e escola: conexões iniciais (Prefácio). *In*: CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Cláudia Rodrigues de (Orgs.). **Fármacos, remédios, medicamentos: o que a educação tem com isso?**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p. 10-13.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; BRZOZOWSKI, Jerzy André; CAPONI, Sandra. Classificações interativas: o caso do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade infantil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.14, n.35, p.891-904, out./dez. 2010.

CECCIM, Ricardo Burg. Apresentação. *In*: CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Cláudia Rodrigues de (Orgs.). **Fármacos, remédios, medicamentos: o que a educação tem com isso?**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p. 15-24.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; FREITAS, Claudia Rodrigues de; BAPTISTA, Claudio Roberto. Medicalização dos modos de ser e de aprender. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, 2015.

CORD, Denise *et al.* As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar. **Psicologia: Ciência e Educação**, Brasília, v. 42, p. 40-53, 2015.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KÖLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

CRUZ, Murilo Galvão Amancio; OKAMOTO, Mary Yoko; FERRAZZA, Daniele de Andrade. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 20, p. 703-714, 2016.

KAUFFMAN, J. M. Conferir Coerência à Educação. *In*: CORREIA, L. de M. (Org.). **Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo**. 2. ed. rev. atual. Porto: Porto Editora, 2010. p. 156-205.

KRANZ, Cláudia Rosana; CAMPOS, Herculano Ricardo. Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-9, 2020.

LIMA, Maria Lúcia Chaves *et al.* Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, p. 1-9, 2021.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2012.

MOYSÉS, M. A. A. **A institucionalização invisível**: crianças que não aprendem na escola. Campinas: Fapesp/Mercado de Letras, 2001.

PAIS, Sofia Castanheira; MENEZES, Isabel; NUNES, João Arriscado. Saúde e escola: reflexões em torno da medicalização da educação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, p. 1-10, 2016.

SCARIN, Ana Carla Cividanes Furlan; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-8, 2020.

SIGNOR, Rita de Cassia Fernandes; BERBERIAN, Ana Paula; SANTANA, Ana Paula. A medicalização da educação: implicações para constituição do sujeito/aprendiz. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 743-763, 2017.

SILVA, Lia Spadini da; SZYMANSKI, Luciana. Crianças e seus diagnósticos no cenário da educação inclusiva: a perspectiva de mães e professoras. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-18, 2020.

UNTOIGLICH, Gisela. Medicalização e patologização da vida: situação das infâncias na América Latina. **Nuances: Estudos Sobre Educação**, v. 25, n. 1, p. 20-38, 2014.